CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS

“Aquisição de Serviço de Gestão de Cobranças/U@Cloud”

----- Aos dias 20 do mês de novembro do ano 2024, na sede da AC, Águas de Coimbra, E.M., sita na Rua da Alegria, n.º 111, na cidade de Coimbra, é celebrado o presente contrato

Entre

PRIMEIRO CONTRAENTE:

AC, ÁGUAS DE COIMBRA, E.M., com sede na Rua da Alegria, n.º 111, em Coimbra, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Coimbra, sob o número único de matrícula e de identificação fiscal 506566307, outorgando em sua representação o Presidente do Conselho de Administração, José Alfeu Almeida de Sá Marques, [REDACTED] e o Vogal do Conselho de Administração, Filipe Alexandre Carrito Fernandes Vítor, [REDACTED], ambos com domicílio profissional na sede da sociedade que representam, nos termos do estatuído na alínea a), do n.º 1, do artigo 18.º, dos estatutos.-----

SEGUNDO CONTRAENTE:

CGITI Portugal, S.A., com sede em Avenida José Malhoa, n.º 16 A, piso 5º, 1070-159 Lisboa, número de identificação fiscal 502605731, outorgando em seu nome Carlos Alexandre Pereira Lourenço, [REDACTED], com domicílio profissional em Av. Jose Malhoa, 16 A piso 5 – 1070-159 Lisboa, na qualidade de representante legal e com os poderes necessários para intervir em representação da sociedade, o que resulta da declaração que fica arquivada em anexo a este contrato. -----

Foi verificada a identidade dos outorgantes, pelos documentos de identificação que foram apresentados.-----

E disse o PRIMEIRO CONTRAENTE: -----

Que a AC, Águas de Coimbra, E.M., em 08 de novembro de 2024, deliberou adjudicar, à empresa **CGITI Portugal, S.A.**, objeto do presente contrato, que se encontra discriminada na proposta e que dele faz parte integrante. -----

OBJETO: -----

O Contrato de Aquisição de Serviço de Gestão de Cobranças/U@Cloud foi elaborado de acordo com a proposta apresentada pela empresa adjudicatária, e reger-se-á pelo constante no caderno de encargos, documentos que ficam arquivados como parte integrante deste contrato. -----

PREÇO: -----

A adjudicação da Aquisição de Serviço de Gestão de Cobranças/U@Cloud é efetuada pelo valor total de 18.725,40 € (dezoito mil, setecentos e vinte e cinco euros e quarenta cêntimos), sem I.V.A. incluído, que é o valor constante da referida proposta. -----

FORMA DE PAGAMENTO: -----

O pagamento será feito com a observância do disposto na cláusula 12.º do Caderno de Encargos do procedimento. -----

PRAZO DE EXECUÇÃO: -----

O prazo de execução do Contrato de Aquisição de Serviço de Gestão de Cobranças/U@Cloud é de 1095 (mil e noventa e cinco) dias, com o seu início em outubro de 2024. -----

GESTOR DO CONTRATO: -----

O colaborador [REDACTED], designado pela AC, Águas de Coimbra, EM, passará a desempenhar a função de acompanhar permanentemente a execução deste contrato. -----

PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS: -----

1. A recolha e o tratamento dos dados pessoais serão apenas os estritamente necessários para a análise de propostas e efetivação do contrato, no âmbito do concurso público ora iniciado no âmbito da execução do contrato que com este concurso se pretende celebrar, no respeito pelas regras da privacidade e proteção de dados pessoais constantes do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 (RGPD), bem como da legislação nacional aplicável.

2. Todos os dados pessoais tratados ao abrigo deste procedimento concursal e durante a execução do contrato destinam-se única e exclusivamente a ser utilizados pela Águas de Coimbra na prossecução da finalidade indicada no número anterior, que tem como fundamento de licitude Diligências pré-Contratuais e Execução do Contrato.
3. Assim e no âmbito desta atividade:
 - a. São objeto de tratamento de dados pessoais como nome, Número de identificação fiscal, Número de Cartão de Cidadão, morada, endereço eletrónico, contacto telefónico e Registo Criminal e outros que se mostrarem necessários para efeitos de aferição da legitimidade e os documentos instrutórios específicos necessários para efeitos de análise e decisão do presente procedimento.
4. Cada uma destas categorias de dados pessoais é objeto de tratamento adequado, pertinente e estritamente necessário para a prossecução da finalidade indicada, garantindo que os dados inexatos serão apagados ou retificados sem demora.
5. A Águas de Coimbra aplica, tanto no momento de definição dos meios de tratamento de dados como no momento do próprio tratamento, as medidas técnicas e organizativas que possam assegurar os adequados níveis de segurança e de proteção de dados pessoais dos titulares, nos termos dos artigos 25.º e 32.º do Regulamento (UE) n.º 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016.
6. Esta obrigação aplica-se à quantidade de dados pessoais recolhidos, à extensão do seu tratamento, ao seu prazo de conservação e à sua acessibilidade, assegurando que os dados pessoais não sejam disponibilizados sem intervenção humana a um número indeterminado de pessoas singulares.
7. Os dados pessoais, por regra, serão conservados apenas pelo período de tempo necessário e no âmbito das finalidades para as quais são recolhidos sendo mantidos pelo menos enquanto persistir a relação contratual.
8. Quanto às finalidades do tratamento de dados supra identificadas e no que respeita ao cumprimento das obrigações de transparência a que a Águas de Coimbra está adstrita os elementos mínimos essenciais do contrato a celebrar poderão ser partilhados com o Tribunal de Contas ou outras autoridades públicas a pedido destas e ainda com a plataforma de contratação pública utilizada neste concurso.
9. Os titulares dos dados pessoais têm direito a aceder à informação sobre o(s) tratamento(s) dos seus dados, a retificá-la se não estiver correta, ou até apagá-la. Além destes direitos, designados e protegidos no RGPD como Direito de Informação, Direito de Acesso, Direito de Retificação e Direito de Apagamento, os requerentes têm ainda Direito à Limitação de Finalidades, à Minimização dos Dados, à Portabilidade e à Não Sujeição a Decisões Individuais Automatizadas, os quais podem ser exercidos no respeito pelos normativos aplicáveis junto do Responsável pelo Tratamento, ou então objeto de exposição ao Encarregado de Proteção de Dados através do email protecaodedados@aguasdecoimbra.pt ou reclamação à Autoridade Nacional de Controlo (concretamente, a Comissão Nacional de Proteção de Dados), bem como eventuais violações podem ser fundamento de pedido de indemnização junto das instâncias jurisdicionais competentes.

CAUÇÃO: -----

Não foi exigida a prestação de caução, nos termos do convite do respetivo caderno de encargos. -----

CABIMENTO: -----

De acordo com a alínea h), do número 1, do artigo 96.º, do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, com a redação em vigor, a despesa a realizar no presente contrato encontra-se orçamentada, na rubrica 6221 nos documentos de gestão previsional da Águas de Coimbra, em vigor. -----

CASOS OMISSOS: -----

Na parte não especialmente prevista serão cumpridas as disposições legais aplicáveis. -----
Para quaisquer questões emergentes do presente contrato é competente o Tribunal Administrativo e Fiscal da Comarca de Coimbra. -----

E pelo SEGUNDO CONTRAENTE foi dito: -----

Que aceita, para a sociedade que representa, o presente contrato, nos termos que se deixam exarados, e que se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas. -----

Ficam ainda arquivados os seguintes documentos: -----

- a) Minuta do contrato. -----
- b) Declaração emitida pelo(s) representante(s) legal(ais) da empresa, de acordo com o modelo constante do anexo II, da alínea a), do n.º 1, do Artigo 81.º, do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111- B/2017, de 31 de agosto. -----
- c) Declaração do Instituto da Segurança Social, Unidade de Contribuintes Estratégicos - Lisboa, emitida a 08/10/2024, da qual consta que a sociedade tem a sua situação contributiva regularizada, de acordo com o artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de outubro. -----
- d) Certidão do Serviço de Finanças de Lisboa – 10 – [3255], emitida a 08/10/2024, da qual resulta que a referida sociedade tem a situação tributária regularizada, nos termos da alínea a), do artigo 2.º, do Decreto-Lei n.º 236/95, de 13 de setembro. -----

- e) Certificado do Registo Criminal da empresa **CGITI Portugal, S.A.** emitido pelo Balcão dos Serviços Centrais, em 28/10/2024. -----
- f) Certificado do Registo Criminal do Presidente da empresa, Steve Perron, emitido pelo Balcão dos Serviços Centrais em 11/09/2024. -----
- g) Certificado do Registo Criminal do vogal e representante legal da empresa, Carlos Alexandre Pereira Lourenço, emitido pelo Balcão dos Serviços Centrais em 28/10/2024. -----
- h) Certificado do Registo Criminal do vogal da empresa, Olivier Dominique J. Spreafico, emitido pelo balcão dos serviços centrais em 11/09/2024. -----

O presente contrato está isento da fiscalização prévia do Tribunal de Contas, segundo o disposto no n.º 1), alínea a), do artigo 47.º, da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, na redação em vigor. -----

PRIMEIRO CONTRAENTE:

Assinado digitalmente por José Alfeu Almeida de Sá Marques
Data 20-11-2024 12:37

Assinatura válida

Assinado

Assinado digitalmente por Filipe Alexandre Carrito Fernandes Vítor
Data 21-11-2024 12:06

SEGUNDO CONTRAENTE:

CARLOS
ALEXANDRE
PEREIRA LOURENCO

Digitally signed by CARLOS
ALEXANDRE PEREIRA
LOURENCO
Date: 2024.11.20 10:58:05 Z